

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 1 Janeiro - Abril 2024

ARTIGO

ENCONTRO DA COMUNIDADE DE TAUARY DA FLONA TEFÉ, AMAZONAS, COM OS POTES DE ANTIGAMENTE, COM A ARQUEOLOGIA E CONSIGO MESMA: O DEVER DE UM MUSEU COMUNITÁRIO

Maurício André da Silva*

RESUMO

O artigo apresenta algumas reverberações do encontro de quinze urnas arqueológicas com a comunidade de Tauary, localizada na zona de amortecimento da Floresta Nacional de Tefé, no médio rio Solimões, Amazonas. O achado potencializou o desejo da salvaguarda do material e da criação de um museu comunitário para o gerenciamento dos referenciais patrimoniais, onde a memória é o eixo estruturador do passado. Essa história também é atravessada pela vontade de construção de uma escola de alvenaria, convidando a prática arqueológica a assumir seu caráter dialógico e formativo. Da mesma forma, o espaço é aberto para uma atuação engajada, quando as pesquisas se tornam aliadas das demandas locais, assim como se vislumbra o desenvolvimento de práticas colaborativas por meio das relações de autoajuda e compadrio, que são marcas constitutivas da formação das comunidades tradicionais a partir da década de 1980 na região.

Palavras-chave: colaboração; arqueologia amazônica; comunidades tradicionais.

* Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: mauricio.andre.silva@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4325-9480>.

THE MEETING OF THE COMMUNITY OF TAUARY, FLONA TEFÉ, AMAZONAS, WITH THE ANCIENT POTS, WITH ARCHAEOLOGY, AND WITH ITSELF: THE FUTURE OF A COMMUNITY MUSEUM

ABSTRACT

This article presents some reverberations of the meeting of fifteen archaeological urns with the Tauary community, located in the Tefé National Forest, in the middle Solimões river, Amazonas state, Brazil. This discovery potentialized the community's desire to safeguard archaeological materials and to create a community museum for the management of their cultural heritage, where memory is the structuring axis of the past. This story is also traversed by the desire to build a school, inviting archaeological practice to assume its dialogic and formative character. Likewise, a space was opened for engaged actions when the research became allies of the local demands, as well as the development of collaborative practices with relationships of self-help and kinship, which are constitutive marks of the formation of traditional communities since the 1980s.

Keywords: collaboration; Amazonian archaeology; traditional communities.

ENCUENTRO DE LA COMUNIDAD DE TAUARY DE LA FLONA TEFÉ, ESTADO DE AMAZONAS, CON LAS VASIJAS DE ANTAÑO, CON LA ARQUEOLOGÍA Y CONSIGO MISMA: EL DEVENIR DE UN MUSEO COMUNITARIO

RESUMEN

Este artículo presenta algunos ecos del encuentro de quince urnas arqueológicas con la comunidad de Tauary, situada en la zona de amortiguamiento de la Floresta Nacional de Tefé (Selva Nacional de Tefé), en el río Solimões medio, estado de Amazonas, Brasil. El hallazgo potencializó tanto el deseo de salvaguarda del material como de la creación de un museo comunitario para la gestión de los referentes patrimoniales, donde la memoria es el eje estructurante del pasado. Asimismo, esa historia está permeada por la voluntad local de construcción de una escuela de albañilería la cual invita a la práctica arqueológica a asumir su carácter dialógico y formativo. De la misma manera, el espacio se abre a una actuación comprometida, donde las investigaciones se convierten en aliadas de las demandas locales, así como se vislumbra el desarrollo de prácticas colaborativas por medio de relaciones de autoayuda y de compadrazgo, que son marcas constitutivas de las comunidades tradicionales a partir de la década de 1980.

Palabras clave: colaboración; arqueología amazónica; comunidades tradicionales.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas reverberações do achado de quinze urnas arqueológicas funerárias¹ entre os(as) moradores(as) da comunidade de Tauary, que está localizada na zona de amortecimento da Floresta Nacional de Tefé (Flona Tefé), no médio curso do rio Solimões, no estado do Amazonas. Este trabalho é um desdobramento de minha tese de doutorado (Silva, M., 2022a), que me possibilitou, no período de 2017 a 2021, atuar com essas famílias em conjunto com ações realizadas pelo Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA). Essas “reverberações” são partes constitutivas da história da pesquisa arqueológica; colocá-las em evidência significa pontuar como nossas práticas são povoadas por encontros, sinergias e visões distintas entre as pessoas e as coisas arqueológicas.

Minha atuação como arqueólogo e educador também buscou desenvolver ações de socialização do patrimônio arqueológico. Entretanto, fui atravessado por diferentes histórias de vida de lideranças e pelos meios de se tornar comunitário(a), algo que se tornou latente na localidade a partir da década de 1980. Precisamos dos “outros” para que possamos falar de nós; são as relações na dimensão da micropolítica (Rolnik, 2019) que importam para a realização de coalizões de múltiplos agentes; segundo Donna Haraway (2009, p. 30), “São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo”. Abordar o patrimônio arqueológico significa, necessariamente, aterrar a materialidade — facilmente classificada por nós em muitas tipologias — nas memórias e experiências de vida local, para que possamos encontrar sentidos plurais na valorização do passado, assim como ampliar nossas noções.

As histórias de vida dessas famílias são marcadas pelo contexto de formação das comunidades ribeirinhas, das quais destaco a atuação da Prelazia de Tefé, com as ações de alfabetização de adultos promovidas pelo Movimento de Educação de Base (MEB) (Coelho, 2022; Fávero, 2006; Gonzalez, 2011; Wanderley, 2014), a preservação dos lagos para garantir o sustento das famílias e a formação da consciência política das comunidades eclesiais de base (Nascimento, 2019). Alencar (2009) sintetiza para o lago Amanã os processos históricos e sociais, especialmente a relação de dependência das famílias com o patrão, que controlavam as dinâmicas de trabalho até 1970. Posteriormente, ocorreu a consolidação das comunidades, que passaram a ter mais autonomia, sendo assistidas pelo Estado, e mais recentemente, houve mudanças na implementação das Reservas, processo análogo ao ocorrido no território da Flona Tefé.

O aspecto educacional e de alfabetização de adultos foi central, não somente por oferecer mais autonomia, mas também pela formação política oferecida. O MEB Tefé, que foi criado em 1963, teve à sua frente o Bispo Joaquim de Lange. Ele e outros religiosos, preocupados com as condições de vida das famílias ribeirinhas, iniciaram um processo de mapeamento e de pesquisa da realidade social no interior do Amazonas. O trabalho desenvolvido buscava respeitar os conhecimentos locais e adotava os princípios de Paulo Freire (Coelho, 2022), com a promoção da autonomia diante das adversidades e, especialmente, do sistema de dependência; obviamente também havia a preocupação com a disseminação da palavra católica. Mesmo durante o regime militar, o MEB Tefé

¹ Esse material é associado à tradição policroma da Amazônia (TPA) e se caracteriza por uma série de atributos tecnológicos da produção cerâmica, como variações regionais e temporais, sendo a sua iconografia bem marcante (Belletti, 2016).

continuou atuante, estabeleceu relações com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), produto daquele regime, buscando o não enfrentamento e a atuação nas brechas do sistema.

O grupo de pesquisa arqueológica do IDSM tem evidenciado a longa duração dos povos da floresta por meio de muitas perspectivas (Tamanaha *et al.*, 2019). Ao fazer parte dele para contribuir com as ações de socialização do patrimônio arqueológico, me deparei com esse rico contexto de histórias de superação e de pessoas imersas em suas memórias, conquistas e nas muitas relações com a natureza, o que facilmente bagunçou os modelos e as certezas de minhas práticas. Conforme adentrei na comunidade, fui compreendendo a importância das relações de compadrio e de autoajuda, que também eram esperadas de nós pesquisadores(as) (Silva, M., 2022b). Nas sociedades tradicionais de diferentes localidades do país, o “mutirão” marca as relações que se estabelecem pela ajuda e pela cumplicidade entre diferentes membros, que criam vínculos de solidariedade para desafios futuros, assim como momentos de festejos e compartilhamento de alimentos por quem é o beneficiário da ação (Candido, 2023, p. 91). Na região, essas ações são nomeadas como ajuris, que criam cumplicidades e relações de autoajuda.

Dessa forma, compreendi que muitos elementos caros às discussões das arqueologias colaborativas em sua multiplicidade (Atalay, 2019; Cabral, 2016; Cowell; Lopes, 2020; Machado, 2013; Silva, M., 2015) — que inspiraram a minha prática — estavam presentes nesse contexto, e especialmente devido a uma especificidade local e de conhecimentos que podemos identificar no sul global, o que me levou a pensar em uma arqueologia parente (Silva, M., 2022a): uma prática marcada entre pesquisadores(as) e famílias parceiras em relações de autoajuda, que podem promover a transformação tanto dos centros de produção acadêmica como das próprias comunidades. Cabe destacar que, ao longo dos anos, minha atuação, que se iniciou de forma tradicional, foi se transformando e caminhando para uma dimensão mais colaborativa.

Nesse rico contexto, em que somos convidados(as) a colaborar em muitas localidades amazônicas, Tauary encontrou, por conta própria, seis urnas arqueológicas na ocasião da construção de uma escola de alvenaria em 2014. Posteriormente, em 2018, com a nossa chegada, foram reveladas mais nove urnas em uma escavação arqueológica. Esse encontro entre comunidade, arqueólogos(as) e urnas gerou muitos meandros potenciais para a reflexão sobre as pesquisas e seus desdobramentos patrimoniais contemporâneos; da mesma forma, criou vínculos de solidariedade que nossa equipe tem buscado manter de muitas formas.

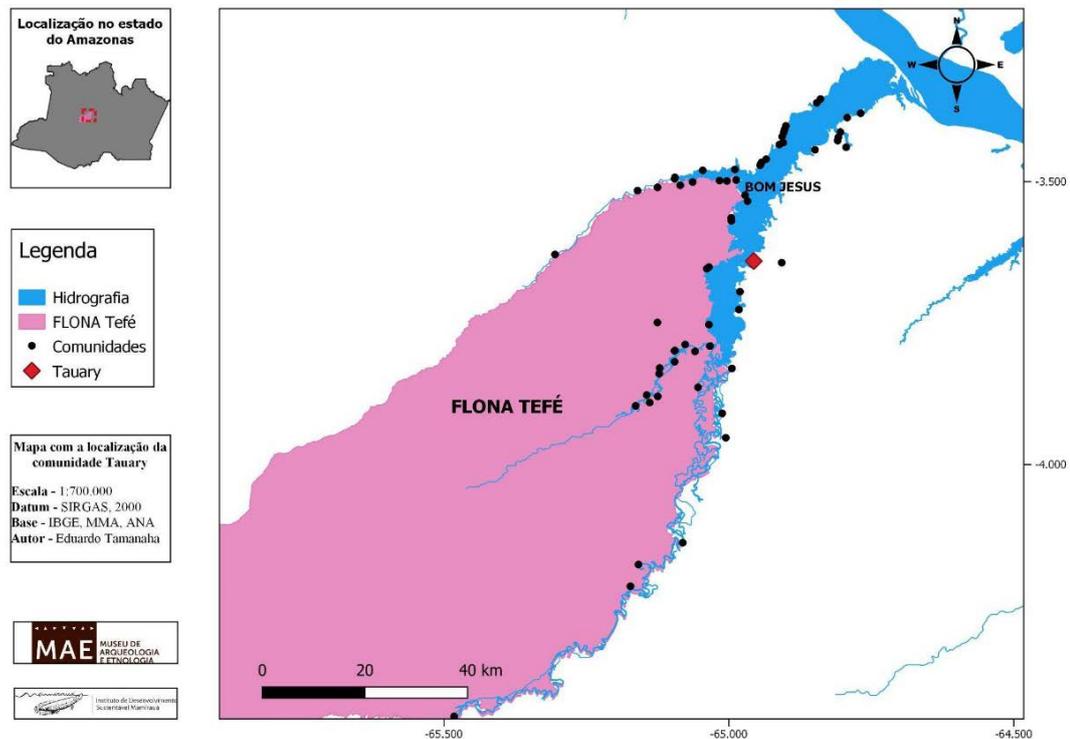
Esses materiais extremamente decorados e repletos de agentividade (Barreto, 2020), que evidenciam uma persistência e resistência de suas características ao longo do tempo, ainda ocasionam muitas ações, tanto entre os(as) pesquisadores(as), como entre moradores(as). Um dos primeiros movimentos foi o desejo pelo retorno e pela guarda do material para que outras ações pudessem ser mobilizadas, como a melhoria da educação e práticas de turismo de base comunitária. Por outro lado, temos a legislação arqueológica e a autorização da pesquisa, ancorada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que destina a salvaguarda do material ao laboratório do IDSM na cidade de Tefé. Nós pesquisadores(as), nessa fronteira de agentes, pessoas, temporalidades e instituições, temos buscado alternativas com a implementação de novas práticas e a transformação de nossos espaços de pesquisa.

O presente artigo, então, contextualiza a comunidade de Tauary e a Flona Tefé; evidencia a centralidade da escola Municipal Criança Esperança para o desenvolvimento das práticas arqueológicas, apresenta o trabalho de pesquisa da escavação de nove urnas funerárias em 2018 e suas reverberações, e, por fim, apresenta algumas ideias locais para a construção de um museu comunitário.

A COMUNIDADE DE TAUARY E A FLONA TEFÉ: A CENTRALIDADE DA ESCOLA NA PRÁTICA ARQUEOLÓGICA

Tauary está localizada na área de amortecimento da Floresta Nacional de Tefé, que foi criada em 1989, na região do médio curso do rio Solimões. Seu território está dividido em quatro municípios: Tefé, Alvarães, Juruá e Carauari. Em seu interior e entorno vivem noventa comunidades e se estima que haja 705 famílias habitantes, com o total de 3,4 mil pessoas (Scelza *et al.*, 2014). As comunidades tradicionais que compõem a Flona Tefé têm como fonte de subsistência a agricultura familiar, com destaque para a produção da farinha de mandioca, o extrativismo de produtos como a castanha, a andiroba, o açaí e a copaíba, e a pesca artesanal (Suertegaray *et al.*, 2016, p. 105). A percepção regional no médio rio Solimões para a noção de comunidade está associada à partilha do território, do trabalho, dos recursos e sua organização por meio da representação política de lideranças que dialogam com outras instâncias externas, como o poder público e nós pesquisadores(as) (Alencar, 2009). O Mapa 1 da Flona Tefé apresenta a localização das comunidades, com destaque para Tauary.

Mapa 1. Localização da comunidade de Tauary na Flona Tefé.



Fonte: Eduardo Kazuo Tamanaha, 2022.

A Flona Tefé é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. Esse modelo surgiu nas últimas décadas do século XX, quando houve a proliferação de tipologias de áreas protegidas e a compreensão de que as populações tradicionais e seus conhecimentos são aliadas da conservação.² No Estado do Amazonas surgiu o modelo de Reserva de

² Nos anos 2000, foi criado o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), que organizou essas tipologias de áreas em duas vertentes, as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, em que se inclui a Floresta Nacional (Medeiros, 2006).

Desenvolvimento Sustentável (RDS) — com as RDS Mamirauá e Amanã, vizinhas à Flona Tefé —, que conciliou o trabalho de pesquisa científica com os conhecimentos tradicionais de seus(as) moradores(as).

Tauary foi criada em 1988, em um contexto muito similar ao de outras da região. Após o declínio da extração da seringa, as famílias se uniram e decidiram pela criação da comunidade onde antes funcionava um seringal. Ainda hoje existem o barracão e a casa do seringalista que atuava na região; alguns de seus descendentes moram na localidade, que conta com cerca de vinte famílias, com a média de cem pessoas. Elas também têm se envolvido ativamente com o turismo, estimulado pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS). Quando as pessoas abordam seu passado, recorrentemente ancoram suas memórias nos tempos dos seringais e dos conflitos entre seringalistas e povos indígenas, o que fornece múltiplas identidades e um devir “ribeirinho”, que é, ao mesmo tempo, migrante, indígena, da maloca e “da mata”. Existe uma latência de um futuro ancestral (Krenak, 2022).

Fotografia 1. Comunidade de Tauary.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

As quinze urnas policromas da fase Tefé³ encontradas em Tauary ressurgem pelo desejo das famílias de oferecer um melhor ensino às crianças e jovens. O sítio arqueológico

³ Na região do médio rio Solimões, as cerâmicas arqueológicas são classificadas em quatro momentos diferentes, sendo a fase Amanã, 1610 a.C. a 930 a.C.; a fase Pocó, de 830 a.C. a 410 a.C.; a fase Caiambé, de 600 d.C. a 1.000 d.C.; e, por fim, a fase Tefé 500 d.C. até a invasão europeia.

de Tauary possui a média de quinze hectares, com diferentes momentos de ocupação e com a presença de distintas cerâmicas arqueológicas. No contexto do Amazonas e da Amazônia em geral, a oferta do Ensino Fundamental I (primeiro ao quinto ano) tem se aproximado do universal, sendo que o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio ainda estão concentrados nos centros urbanos, o que favorece o êxodo rural para as cidades, o desmantelamento da agricultura familiar, a perda dos vínculos comunitários e vários outros problemas de ordem econômica, social, afetiva etc. (Ferraz, 2010; Mascarenhas *et al.*, 2012; Pereira *et al.*, 2022). As famílias que podem se mudar com seus(suas) filhos(as) para a cidade para que eles(as) estudem são poucas, pois em muitos casos não têm condições, e os(as) jovens muitas vezes acabam abandonando os estudos.

Concomitantemente, a figura do(a) professor(a) é vista como uma conquista para as comunidades do Médio Solimões, sendo a escola um elo que contribui para o fazer comunitário, que legitimou o modo de vida local e deu autonomia para a garantia de seus direitos (Vaz, 2019). Dessa forma, a escola é compreendida como um espaço que pode garantir uma melhoria de vida para os(as) jovens, mas também é, muitas vezes, um desafio, devido às especificidades da vida amazônica, que em muitos casos não dialoga com a padronização do ensino que segue parâmetros nacionais (Ferraz, 2010). Na memória dos(as) mais velhos(as), que nasceram dentro dos seringais extraíndo seringa desde crianças, a oportunidade de ter uma escola é maravilhosa. Da mesma forma, é comum haver um embate geracional entre os(as) velhos(as) e as crianças/jovens, que não passaram pela experiência traumática do tempo da servidão e da falta de direitos nos seringais.

O reaparecimento das urnas Tauary está entrelaçado com o desejo e o sonho de uma boa educação, ou seja, está implicado na luta pela melhoria de vida. A arqueologia que vem sendo realizada por nossa equipe na comunidade pode se beneficiar desse movimento de muitas formas, para que a prática científica e o patrimônio tenham relevância regionalmente. Muitas reverberações têm ocorrido nesse sentido nas pesquisas desenvolvidas, o que nos impulsiona para o alargamento das relações. Temos um cenário poético, político, criativo e significativo para o desenvolvimento do trabalho arqueológico, que, ao se associar a esse desejo, se torna uma prática conectada aos desafios do século XXI, especialmente no “fazer com as comunidades”. As práticas colaborativas com grupos tradicionais, indígenas, ribeirinhos(as), quilombolas etc. se estabelecem com a possibilidade de tornar válidas as interpretações desses grupos diante dos regimes científicos e patrimoniais, o que possibilita a flexibilização da arqueologia com a incorporação de outros saberes sobre o passado (Machado, 2013, p. 76). A Ilustração 1 realizada por Carolina Itza representa a relação indissociável da arqueologia com a escola e a educação local.

As primeiras seis urnas, encontradas pelos(as) moradores em 2014, surgiram durante a obra de construção da escola de alvenaria que substituiria a Escola Criança Esperança, criada em 1992. Esse projeto foi inicialmente financiado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que remonta ao ano de 2009. O objetivo era ampliar o acesso ao ensino com a difusão da educação, que reuniria estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio de todo o entorno do lago.

Ilustração 1. Centralidade da escola na prática arqueológica.

Desenho: Carolina Itza, 2022.

Segundo o professor e liderança Edinaldo Barbosa Gomes:⁴

A nova escola surgiu de um projeto do secretário de educação da época, que queria fazer tipo uma escola técnica, pedagogia da alternância. Por que a pedagogia da alternância? Porque o aluno viria para cá, passava quinze dias estudando as matérias normais, português, matemática, geografia, história, mas também aprenderia as técnicas de cultivo, não só da mandioca como da macaxeira, do cará, a hortaliça, criação de pequenos animais... esse era o projeto pioneiro daqui. Aí, como usar os adubos adequados que não prejudiquem tanto o ser humano, né, tudo o mais natural possível. E aí, desses quinze dias que eles estudavam aqui, eles teriam lugar para dormir. E aí retornariam. A princípio, o projeto era esse, mas só que com o decorrer do tempo foi mudando de gestão o município, e foram mudando também a dinâmica do projeto. Então, hoje, já finalizou do jeito que está esse projeto da escola, mas o ponto focal é para ser polo aqui, então, no caso viria do sexto ao nono ano para cá, das outras comunidades vizinhas mais próximas. Aí teria o transporte [...].

⁴ A pesquisa de doutorado realizada foi aprovada pela Plataforma Brasil, recebendo o registro de número 01878918.2.0000.8117.

A Pedagogia da Alternância surgiu no contexto rural francês no início do século XX e se espalhou por outros países ao longo das décadas seguintes. Sua prática promove a valorização da educação do campo. No contexto Amazônico, existe a experiência com a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, no Estado do Amazonas (Melo, 2017). O projeto de Tauary com esse modelo de educação não avançou, porém, não deixa de reforçar como o ensino local é valorizado em sua conexão com o modo de vida das comunidades tradicionais e sua relação com a terra. Os dados e a prática arqueológica têm muito a contribuir com a educação do campo.

As urnas arqueológicas colocaram Tauary na rota das pesquisas arqueológicas. Além do material arqueológico que ressurgiu em 2014 e em 2018, a comunidade, desde a sua fundação, sempre se deparou com os vestígios. Segundo o morador Raimundo Ventura Navarro, que participou ativamente das atividades de campo em 2018, *“A terra era lavada e os cacos vão ficando em cima, pois a areia escorre. Eram pedacinhos de alguidar, todos pintadinhos, e todo ano vem água com a cheia e a pintura permanece”*. Segundo muitos moradores(as), não se sabia ao certo o que era aquilo, mas seus avós falavam que era coisa de indígenas que tinham morado ali. Muitos(as) achavam os materiais e os deixavam, pois, segundo eles(as), não tinham serventia; alguns eram quebrados, jogados no pau para quebrar; as crianças brincavam com eles, especialmente na seca, coletavam-nos e os arremessavam no lago. A prática de colecionismo local não era comum. A leitura dos fragmentos arqueológicos como alguidar está associada ao tempo dos seringais e ao processo de fabricação de cerâmica das tias e avós. Essa nomeação é uma forma de apropriação e familiarização com a materialidade, que indica a multitemporalidade das coisas arqueológicas (Silva, M., 2022a). São ao mesmo tempo materiais arqueológicos de períodos remotos e pedaços de alguidares fabricados pelas mulheres da família.

Nossa prática em Tauary está imersa nessa multitemporalidade, especialmente das urnas. As seis primeiras urnas foram encontradas pelas mãos de trabalhadores da construção da escola, na materialização do sonho ao realizarem a fundação para o novo edifício. Paulo Roberto Leocádio, um jovem adulto e pai de família que trabalhou na obra e ajudou a equipe de arqueologia em 2018, explicou alguns detalhes do achado. Segundo ele, as urnas foram encontradas

Com a enxada, nós estava tirano o barro pra, para aterrar lá aquele chapeuzinho, não tem aquele chapeuzinho lá? Aí ia levano para lá no carrinho, aí quando eu peguei o carrinho que eu virei de costa aqui o meu colega tava já enchendo o carrinho dele, disse: ei Paulinho achei ouro. Né, aquela bagunça, cadê, coloquei lá, taquei, aí pronto, aí conforme a gente foi cavano, foi aparecendo.

Nesse momento, boa parte da comunidade foi tomada pela descoberta e pelo imaginário sobre os potes de ouro. Na Amazônia são muito comuns essas narrativas, que podem ser associadas à Revolta da Cabanagem, que ocorreu entre 1835 e 1840 na província do Grão Pará, pois era comum a população esconder seus bens enterrados no quintal dos revoltosos.⁵ Segundo o agricultor José Enésio Teles, as pessoas da comunidade ficaram entusiasmadas com o achado: “Rapaz, ficaram assim meio saltado o pessoal de

⁵ Com o fim do conflito, muitos foram esquecidos devido à morte de seus(suas) donos(as), e essas histórias foram disseminadas de forma geral (Guedes, 2011). Os potes de ouro também são associados ao mundo dos encantos, em que para encontrá-los seria necessário sonhar três vezes com alguém lhe fornecendo a localização

ter achado esses negócios aí debaixo da terra, né... daí muita gente ficou: ‘mas, rapaz, como é isso? Ficou debaixo da terra tantos anos?’”.

Essas histórias são muito comuns no Brasil em geral, especialmente com agricultores(as) que têm intimidade com a terra. Da mesma forma, esses objetos revelados acabam sendo apropriados, quebrados, guardados, fornecidos como presente, entre muitas outras destinações. Entretanto, na história das urnas de Tauary, o papel de professores(as) da rede básica de ensino permitiu que a arqueologia florescesse localmente. Foi um professor indígena que estava em Tauary na ocasião, colega de um dos trabalhadores da obra, quem afirmou que o material não poderia ser retirado, somente com a autorização federal.

Outro professor, parceiro de nossos trabalhos, o Edinaldo Barbosa Gomes, também teve papel importante, pois vislumbrou a possibilidade de um uso histórico, cultural e de atração turística do achado. A informação do encontro das urnas chegou até o IDSM por meio de profissionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que estavam desenvolvendo ações na Flona Tefé. Foi articulada uma visita e uma reunião com a comunidade e outras lideranças do lago. A arqueóloga Jaqueline Belletti iniciou o processo de colaboração em 2014, com a negociação da ida das primeiras urnas para o Laboratório de Arqueologia do IDSM para estudo (Belletti, 2015). A Fotografia 2 registra o momento da revelação dos primeiros materiais.

Fotografia 2. As urnas arqueológicas sendo encontradas pelos trabalhadores da obra da escola de alvenaria.



Foto: Edinaldo Barbosa Gomes, 2014.

A escola e o papel do(a) professor(a) se conectam com a arqueologia local, pois se hoje podemos realizar esse trabalho de pesquisa, isso se deve a esses profissionais, que leram a situação, de forma análoga a nós, com o foco na importância histórica dos objetos. Assim como a prática arqueológica, a educação e a escola são aparatos do Estado, que atuam em prol da construção de uma ideia de nação, de território, de pertencimento etc. Essa é uma das facetas do patrimônio arqueológico e é nesses agentes que o desenvolvimento da arqueologia se ancora muitas vezes.

No contexto amazônico, o olhar das crianças, de professores(as) e autodidatas tem uma conexão muito forte com o de arqueólogos(as) (Silva, M., 2022a, p. 225), pois é marcado pela curiosidade e pela vontade de desbravar o mundo. Temos muitos exemplos da atuação de professores(as) na Amazônia que trabalham com a preservação e a promoção do patrimônio arqueológico, formando, muitas vezes de modo intuitivo, coleções, e que passam a incentivar a sua valorização e extroversão (Bianchezzi *et al.*, 2021; Silva, M., 2015; Souza, Bianchezzi, 2018).

A fundação da prática arqueológica em Tauary está implicada na luta e no desejo por melhores condições de vida e pelo direito à educação. Dessa forma, qualquer trabalho realizado por nós inevitavelmente esbarra nessa demanda. Podemos, nesse caso, fazer uma analogia do trabalho arqueológico com a prática de alfabetização de Paulo Freire, em que a organização do ensino por parte dos(as) educadores(as) deve vir no universo vocabular dos grupos populares, pois expressa sua verdadeira linguagem, anseios, reivindicações e sonhos (Freire, 1989, p. 14). A arqueologia pode se orientar pelo imaginário desse encontro e especialmente pelo desejo de construção de uma escola, ou seja, pode carregar a experiência existencial em conjunto com nossos anseios e perguntas. Como comenta Freire (1984, p. 14), as palavras do povo estão grávidas de mundo, sendo que essa gestação pode ser feita por meio da comunhão entre a prática arqueológica e as experiências de vida das pessoas. O horizonte da colaboração está posto diante de nós, principalmente a partir de perspectivas locais que passam pela maneira como essas comunidades foram constituídas, pela centralidade das relações de compadrio e pelo se tornar parente. Segundo Ayala (2020), as muitas arqueologias que buscam trabalhar com as perspectivas indígenas na América possuem duas tendências gerais, a abordagem educativa e o enfoque etnográfico.

CONTINUIDADE DAS PESQUISAS E A REVELAÇÃO DE MAIS NOVE URNAS FUNERÁRIAS EM 2018

Em julho de 2018 eu conheci Tauary. Pude então realizar algo próximo de uma “arqueologia da memória e do imaginário” (Bezerra, 2018) com a comunidade, revelando os dados apresentados acima sobre o achado das primeiras urnas. Tive o privilégio de chegar na metade de uma atividade de campo, coordenada por Eduardo Kazuo Tamanaha, para contribuir com o desenvolvimento das ações de Educação Patrimonial. Devido à retomada das obras da escola de alvenaria, nossa equipe foi realizar algumas intervenções, que contaram com a participação de vários(as) colegas.⁶ Antes mesmo de estar em campo, na cidade de Tefé, fomos informados de que haviam sido encontradas mais algumas urnas policromas em contexto, e pude presenciar a incrível cena do material aflorando com a escavação cuidadosa da nossa equipe e as suas muitas reverberações em todos os presentes. A nossa prática nos fornece uma interpretação de que somos pessoas estranhas, pois viemos de muito longe para realizar um trabalho tão cuidadoso e

⁶ Estavam em campo Emmanuela da Costa Oliveira, Verônica Lima, Kailane de Oliveira Maciel, do IDSM; Patrícia Carvalho Rosa, antropóloga do IDSM; Anne Rapp Py-Daniel e Claide de Paula Moraes, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Luiza Vieira e Karen Marinho, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Mariana Cassino e Rubana Palhares, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Javier Ruiz-Pérez, da Universitat Pompeu Fabra de Barcelona; Marjorie Lima e eu, da Universidade de São Paulo (USP).

meticuloso com a terra e com esses pedaços de cacos e alguidares,⁷ terra que geralmente é mexida pelas enxadas no cotidiano dos roçados para fornecer o sustento.

Devido à exuberância do material policromo encontrado em contexto e preservado, passamos a ser as pessoas que vieram trabalhar com os potes. No trabalho com as crianças na escola, ao perguntar o que elas achavam que eu tinha ido fazer ali, todas, de forma categórica, respondiam: “estudar os potes”. Qualquer outro vestígio ou assunto relacionado à arqueologia era remetido aos potes. Todo o nosso trabalho e atuação estavam em torno das seis urnas que levamos para o IDSM e das nove novas urnas que foram cuidadosamente escavadas pela nossa equipe.

Minha posição como arqueólogo educador, que implementa as ações de educação patrimonial nesses contextos, especialmente com o desenvolvimento simultâneo de diferentes frentes de pesquisa arqueológica, pode facilmente cair no lugar da figura de relações públicas (Grima, 2016; Matsuda, 2016), daquele(a) que irá informar o que estamos fazendo, como e por que, sendo que muitas vezes podemos ser acionados para mitigar conflitos. Não vejo problemas em transitarmos por esses lugares, especialmente porque, em contextos comunitários, somos convidados(as) a todo instante a colaborar, o que nos faz conduzir as práticas em direção a posturas mais críticas. O problema seria estagnarmos em uma das abordagens e não nos atentarmos às possibilidades de contribuir para um trabalho mais amplo. Precisamos olhar criticamente para essas reflexões de origem anglófona, que partem de outras realidades socioculturais, políticas, econômicas, sem perder de vista que o acesso à informação no país ainda deve ser garantido. De modo igual, a pesquisa arqueológica em área de comunidades coloca e demanda dos(as) pesquisadores(as) um movimento constante de dialogia e interação. Dessa forma, as ações de extroversão não são somente inerentes ao fechamento de ciclos, mas constitutivos de todo o trabalho. Nessas localidades, antes de sermos arqueólogos(as), somos educadores(as), e toda nossa equipe teve o cuidado de ocupar esse lugar.

A retirada das seis primeiras urnas encontradas em 2014 e levadas para estudo no Laboratório de Arqueologia do IDSM gerou muitas arengas (Reis, 2005) na população — forma regional para se falar sobre controvérsias. Essa desconfiança é muito comum, devido às décadas ou séculos em que a Floresta Amazônica é vista como uma fonte inesgotável de recursos a ser explorada. Mesmo com todo o cuidado de nossa equipe, que sempre teve em seu horizonte o compromisso com uma prática engajada, podemos facilmente cair no lugar da desconfiança, de pessoas de fora que querem tirar proveito. Raimundo Ventura Navarro, que se envolveu com o trabalho arqueológico em 2018, comentou sobre a retirada das urnas:

Quando o pessoal vieram do Mamirauá, levaram. Muitas não gostaram né. Ficaram tristes, e até hoje fico pensando como que a gente pode recuperar esse material que está para lá, que até hoje de manhã, poxa, vão tirar o material todinho... e nós? Isso aqui foi achado na nossa comunidade... mas a gente vai ver daqui pra frente como que vai ficar, né. A tendência do pessoal é que esse material volte, né, volte para cá de novo, um dia ele volta... Eu tava explicando, minha cunhada, minha cunhada ficou triste porque ela é indígena né, e por ela ser indígena, naturalizada mesmo, documento... e a família dela também, as filha, né, aí fica na dúvida né.

⁷ Tanto no lago Amanã como na Flona Tefé, algumas pessoas mais velhas associam os materiais arqueológicos cerâmicos aos pedaços de alguidar que as avós e tias faziam no tempo dos seringais. Dessa forma, esses objetos são multitemporais, possuem milhares de anos e constituem as memórias das famílias.

A retirada do material arqueológico para pesquisa e preservação gerou muitas reverberações, nas pessoas ligadas afetivamente às histórias indígenas e em todos(as) em geral, pois as urnas “foram achadas em nossa comunidade”. Mesmo diante do afastamento temporal e cultural com o material, segundo as falas locais “o material nos pertence”. Nossa equipe sempre foi extremamente cuidadosa na relação com as pessoas, desde o esforço de explicar nossos limites como pesquisadores(as) até os meandros do desenvolvimento legal da prática arqueológica no país. Contudo, como indaga Pereira (2019, p. 41), quais efeitos produzimos entre o fazer arqueológico e as comunidades ao levarmos os materiais para as reservas técnicas de nossas instituições, classificadas em uma série de fases e tradições, sem colocar em perspectiva as noções locais? Mesmo com muito cuidado e atenção, podemos reforçar as práticas extrativistas de muitos agentes externos, que sempre chegaram e levaram os recursos para serem capitalizados em outras regiões do país e do mundo.

Fotografia 3. Comunidade acompanha o momento da retirada do conjunto de nove urnas funerárias.



Fonte: Acervo IDSM, 2018.

Nosso envolvimento profissional com as famílias é ético, e faz com que beneficentemente nos mobilizemos para rever o desenvolvimento da ciência arqueológica no país e suas políticas patrimoniais. Como discute Haraway (2022, p. 68), “Quero ficar com o problema, e só sei fazer isso com alegria, terror e pensamento coletivo generativos”.⁸ O desfecho

⁸ A reflexão de Haraway é muito mais ampla e preocupada com os debates em torno do antropoceno e a vida no planeta. De toda forma, suas reflexões convidam a outras formas de compor com, para a criação de outros arranjos entre pessoas e outras espécies e coisas, convocando-nos também no campo da arqueologia a pensarmos em nossos aparatos modernos de preservação e fruição com os bens para outras esferas possíveis de arranjos.

do retorno das urnas está longe de ser resolvido, mas, por outro lado, essa “arenga”, esse “problema”, nos mobiliza coletivamente como arqueólogos(as) e comunidades para pensarmos sobre nossas relações, cumplicidades e trocas efetivas. O trabalho com as urnas de Tauary, em suas mais variadas frentes de pesquisa, não se restringe somente a elas e à história antiga do lugar, mas abrange também as vinte famílias atuais e seus desejos de melhoria de vida.

Em 2018, 2019 e 2021, foram realizadas reuniões abertas, nas quais pude estar presente, para explicarmos o trabalho desenvolvido, assim como nos colocarmos no lugar da escuta das demandas.⁹ As pessoas têm expressado de muitas formas o seu interesse em ter de volta o material arqueológico para a sua guarda, especialmente para a construção de um museu que potencialize as ações de turismo já iniciadas. Da mesma forma, avaliam positivamente o trabalho arqueológico desenvolvido pelo IDSM. Uma de suas lideranças pontuou, de forma bem incisiva, que, mesmo diante do balde de água fria tomado, devido aos meandros da guarda dos materiais arqueológicos no país, pontuados por nós, fariam de tudo para ter o material de volta. Tauary, assim como outras comunidades da Flona, tem uma potência enorme para ser referência no trabalho de base comunitária na Amazônia, assim como para os usos culturais e sociais do patrimônio arqueológico. Essas demandas estão em sintonia com a prática de nossa equipe, entretanto nosso maior desafio é a busca por financiamento de projetos que escapem das grandes perguntas do capital acadêmico, para que se possa focar nas demandas da micropolítica e dos afetos da comunidade.

Atualmente, as nove urnas arqueológicas encontradas em 2018 estão na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém, sob a responsabilidade da professora Anne Rapp Py Daniel e sua equipe, que têm realizado um trabalho de referência com a escavação interna do material e formado novas gerações de pesquisadoras(es) amazonidas.

Recentemente, a nossa parceira Karen Lorena Freire Marinho defendeu sua dissertação de mestrado, intitulada *Contextos funerários da tradição policroma da Amazônia no médio rio Solimões*, sob a orientação da professora Anne Rapp Py Daniel. Como discutem Carvalho e Soares (2021), ao trabalhar com comunidades quilombolas, as pesquisas reverberam diretamente na localidade, mas por meio de outros espaços, especialmente em relação à visibilidade social do negro(a) na sociedade brasileira. Ao fazermos uma analogia com o trabalho em Tauary e suas urnas, observamos que as reverberações também ocorrem em escala local e nacional, uma vez que novos debates são impulsionados, levando a discussão para os espaços acadêmicos e formando novas gerações de pesquisadores(as), com sensibilidade para a relação da arqueologia com as pessoas do presente. Essa dimensão nos lembra como o trabalho com comunidades ou, como colocado por Sonya Atalay (2019, p. 518), a arqueologia de base comunitária tem a obrigação de mudar as instituições e práticas a partir de outras experiências.

IMAGINAÇÃO MUSEAL DE TAUARY: “SONHA, MACACO!”

Nas últimas décadas, proliferaram no país dezenas de experiências museais que ampliaram o campo, como a indigenização dos museus e a autorrepresentação dos grupos culturais (Roca, 2015; Oliveira, 2019). Os múltiplos formatos dos museus

⁹ Cabe ressaltar que outras reuniões e devolutivas têm sido realizadas por nossa equipe em distintos momentos da pesquisa.

comunitários, quilombolas, de terreiro, rurais, entre tantos outros, que possuem em comum a valorização do passado, impulsionada pelas memórias e pela identificação de bens no presente, contribuem para as lutas e demandas de seus agentes (Santos, 2017). Esses novos museus, que a cada dia se amplificam, assim como os museus indígenas, ganham sentido na ação social e pela atuação de seus(suas) protagonistas, atuam para dentro e para fora das culturas por meio da autorrepresentação e de um poder que se estabelece por uma vontade de memória (Gomes, 2019, p. 860).

Com o avanço do trabalho arqueológico em Tauary e o aparecimento gradativo das urnas, nossa equipe foi identificando, desde 2014, uma vontade de diálogo e troca entre a arqueologia e a comunidade. Cristiana Barreto (2015), em um diagnóstico realizado, já tinha mapeado o desejo de criação de um museu local, assim como os desafios que esse empreendimento demandaria, como a participação de arqueólogos(as), educadores(as) e museólogos(as) para estudar a viabilidade dessas ações.

Aos poucos fui entendendo, assim como muitos(as) colegas, esse desejo difuso nas famílias pelo retorno do material arqueológico e pela construção de um “museuzinho”: uma vontade de memória potencializada pelo ressurgimento das urnas. Essa movimentação nos lembra que as pessoas e comunidades possuem imaginação museal, que é a capacidade de produzir uma narrativa poética das coisas (Chagas, 2009, p. 58), e que é algo que não se restringe a profissionais especializados(as), como os(as) museólogos(as). Nesse sentido, apresento abaixo um diálogo realizado com uma das lideranças, Edirce Cauper Firmo:

Maurício: Sobre esse material que estamos estudando, o seu filho comentou sobre a ideia de ter um museu, desse material voltar. A senhora gostaria que esse material voltasse?

Edirce: Gostaria de um museu, reunir à tardezinha lá... “ah, sonha, macaco”. Deu fazer assim, todo de vidro, vidro à prova de choque, de bala, de tudo, né. Bem legal.

Maurício: Bem chamativo.

Edirce: E os vidros, assim, ainda rodando as peças, né.

Maurício: As peças, olha só!

Edirce: É, “sonha, macaco”... que é um sonho meu, né.

Maurício: A senhora já visitou museus, conhece?

Edirce: Já estive já, no Museu Imperial em Petrópolis também.

Maurício: Ah, em Petrópolis. Quais outros?

Edirce: Eu tenho 21 voos de avião.

Maurício: Vinte e um? A senhora lembra todos? A senhora já foi para onde?

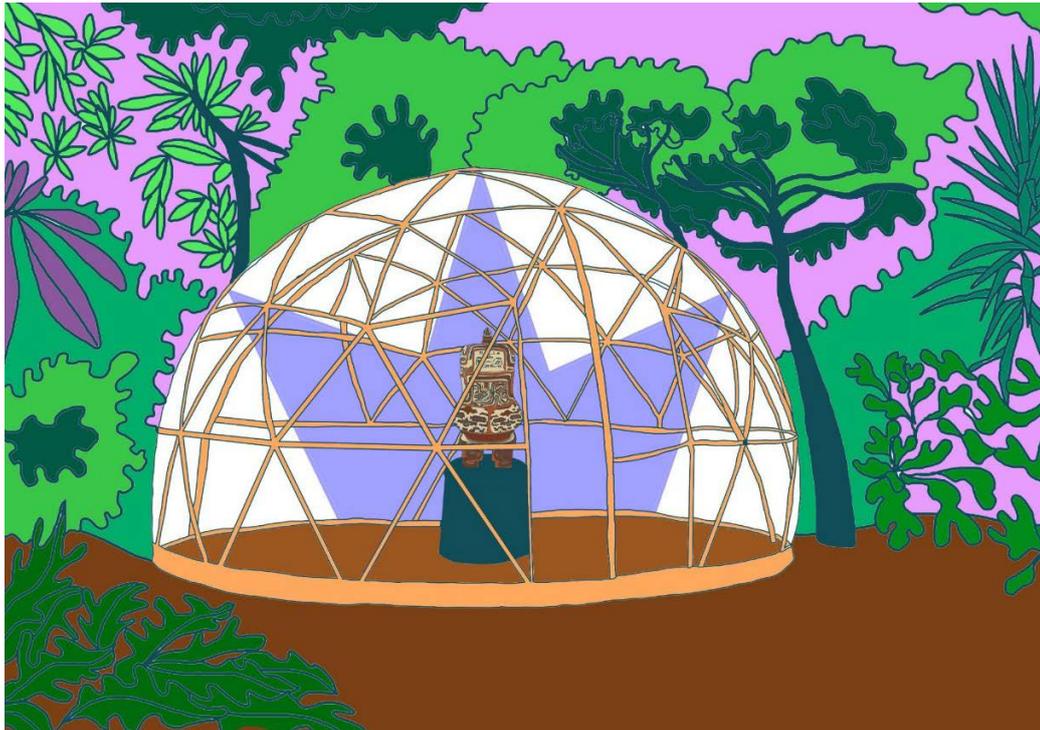
Edirce: Eu já estive em Brasília... começando de Belém. Belém, Brasília, Rio, São Paulo.

Maurício: Ah, já rodou bastante.

Edirce, com 84 anos atualmente, trabalhou como funcionária pública em Manaus e, quando se aposentou, voltou a morar na comunidade. Ela teve a oportunidade de viajar para diferentes cidades e conhecer alguns museus. Chama a nossa atenção a comparação latente com a idealização do museu, com as peças dentro de uma redoma de vidro, que pode remeter à coroa de d. Pedro II, localizada no Museu Imperial de Petrópolis, visitado por ela, objeto emblemático e fetiche dessa instituição. As urnas arqueológicas

de Tauary são as joias da comunidade. O museu seria um espaço para as pessoas se reunirem de “tardezinha”, momento em que os(as) ribeirinhos(as) geralmente circulam, se encontram, conversam e trocam experiências, assim como jogam as partidas diárias de futebol ou carteadado. Ou seja, onde reafirmariam suas relações e seus compadrios, um espaço fórum e de encontro consigo mesmo, com suas memórias e histórias, em que o passado está conectado diretamente com o presente e com o desejo de melhoria de futuro. A Ilustração 2 é uma possibilidade de como seria esse museu de vidro em Tauary.

Ilustração 2. Imaginação do museu de vidro de Tauary para abrigar o material arqueológico.



Desenho: Carolina Itza, 2022.

A ideia de museu localmente possui uma exterioridade que está relacionada com o contato de alguns(mas) moradores(as) com essa instituição, entretanto, outras pessoas também reforçam a importância da construção de um museu, que tem dimensão e impacto direto na melhoria da vida. Esse processo no qual as comunidades vislumbram a criação de museus por meio do contato com outras instituições ou outras comunidades que criaram os seus espaços é bem comum. Por exemplo, segundo a liderança indígena Kaingang do interior do Estado de São Paulo, Susilene Elias de Melo (Melo; Pereira, 2021, p. 27), a criação do museu Kaingang Worikg na Terra Indígena Índia Vanuíre ocorreu a partir da atuação da sua irmã, Lucilene Melo, em um evento de Museus Indígenas em Pernambuco. Lucilene retornou inspirada pela potência desses espaços. Segundo ela, tudo de que precisavam já estava em suas casas, por meio das experiências de vida no chão da terra indígena.

No país, conhecemos outros exemplos de comunidades imersas em seus conhecimentos e na vontade de criação de espaços, casas de cultura, museus para a promoção e o fortalecimento da vida e as muitas tentativas de agentes externos para a consolidação desses. Atualmente, muitos novos formatos de museus têm proliferado, que descentralizam a relação entre o objeto museológico, o espaço expositivo e

os públicos para as noções de território, comunidade e patrimônio. Como discute Tolentino (2023), esses novos espaços imersos nas necessidades e criatividade de suas gentes têm indicado formas potentes para se trabalhar com a memória social de grupos historicamente marginalizados. O desafio, nesse processo, para nós pesquisadores(as) de fora, é perceber como possibilitar que essas mobilizações locais se concretizem e sejam gerenciadas pela própria comunidade.

O desejo do retorno do material arqueológico é uma noção generalizada nas famílias, sendo que muitas delas nunca estiveram em um espaço museal tradicional, mas o querem de volta, para a criação de um “museuzinho”. Como nos informa a agricultora Maria da Conceição Ventura Navarro, *“Acho que um museu pode ser importante. Eu acho assim, que vai vir muito turista... e gerar uma renda para a comunidade, porque tem gente que tem mais um pouquinho, mas tem gente que, coitado. Então, para gerar mais renda né, para ajudar. Minha opinião é essa”*. A criação de um museu tem uma atuação efetiva, especialmente do ponto de vista da geração de renda, com alternativas para o trabalho na roça com a produção de farinha.

A implantação de ações para o desenvolvimento de um turismo de base comunitária é uma realidade e, para além dessa ação, é importante termos em vista que o tempo da preservação ambiental chegou a partir do trabalho do MEB, da Prelazia de Tefé, com a preservação dos lagos e, posteriormente, com a chegada de cientistas, com a criação do IDSM. Dessa forma, essa nova maneira de lidar com o tempo imputa uma reflexão sobre os impactos das ações no presente e sua consequência no futuro. Esse movimento se vincula diretamente à criação das comunidades a partir da década de 1980 e está imbricado com a noção de ser “comunitário(a)”. Cuidar dos recursos naturais tem impacto direto na vida, pois pode garantir o alimento na mesa das famílias no futuro. Ao dialogarmos com a preservação cultural, ela também entra diretamente nesses eixos de reflexão. Tauary tem participado ativamente das iniciativas para o desenvolvimento do turismo no lago (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2014). A leitura das práticas de turismo de base comunitária, apoiadas pelo ICMBio, FAS e IDSM, contribui para o aprendizado de novos conhecimentos, assim como deixa um legado para crianças e jovens.

Francisco Assis Dias Gomes, um dos agricultores, comenta sobre a criação do museu:

A minha ideia sempre foi assim. Que nem, até ontem eu falei para o presidente — se não dá, porque existe muita burocracia mesmo, que a gente não vai ter e tudo, mas a gente quer. Porque, que nem eu digo. Se elas voltarem para cá a gente vai ter algum benefício, né. Vai ter algum benefício. Por exemplo, o benefício que aqui eu acho que nós precisa mais é uma luz. Pra mim é uma luz 24 horas, porque tu estraga o açaí, tu estraga o cupuaçu, tu estraga várias [...].

Um museu comunitário, além de permitir o retorno das urnas, teria impacto na vida dos habitantes, como a possibilidade de eles terem energia o dia todo, pois, como em muitas comunidades ribeirinhas, a energia é distribuída por gerador a diesel e funciona, geralmente, das dezesseis às 22 horas. Esse seria, então, um museu enraizado nas problemáticas locais, que poderia contribuir para o seu desenvolvimento.

Além da centralidade em torno do papel que o achado das urnas arqueológicas de Tauary implementaram, existe uma série de elementos potenciais que podem ampliar a atuação do trabalho com a esfera do patrimônio, como a já existente trilha ecológica, que recebe visitantes para mostrar a diversidade de bichos e plantas e sua relação com o modo de vida ribeirinho; a produção de artesanato por algumas mulheres, como tipiti,

panero, tupé, entre outros objetos; os conhecimentos tradicionais com a caça e a pesca; a memória do tempo da seringa e o trabalho de extração da borracha; a produção artesanal de farinha de mandioca; o projeto ambiental com a preservação e a soltura de quelônios nas praias de Tauary; a arqueologia etc. Portanto, os dados arqueológicos seriam mais um elemento, diante de tantos outros. Nesse sentido, a liderança Maria de Fátima Carvalho nos indica o que poderia compor esse museu:

Da comunidade, assim, esses artesanatos, essas coisas que os antigos fazem que hoje em dia você não faz mais né, eu pelo menos minhas filha já não sabem mais como essa arrumação de peneira, de tipiti, essas coisas elas não sabem já né, e daqui uns dias, como ta vindo essas cozinha de forno, essa nova técnica de fazer a farinha, esse novo projeto que ta vindo, que acho que vocês já viram, a coisa de forno como que vai ser, vai sumir essa arrumação de peneira, de tipiti, vai sumir.

Localmente, a percepção da entrada de novos elementos na comunidade tem feito com que práticas artesanais fiquem adormecidas. O museu também poderia contribuir para que as famílias possam gerir a sua própria memória e comunicá-la para fora. A criação de um museu não é algo banal; mesmo diante de todos esses potenciais elementos, Tauary, seu território e as suas gentes aterradas em suas singularidades já moram dentro de um museu vivo. Como indicam Guerra e Vasconcellos (2018), as Unidades de Conservação de Uso Sustentável já operam na lógica dos museus comunitários e ecomuseus, que passam pela conservação, pela documentação e pela comunicação de vários elementos naturais e culturais dentro dessas especialidades. Nosso contexto latino-americano também tem ricas experiências com a construção de museus comunitários (Málaga; Brown, 2019; Sepúlveda Schewember, 2017), o que pode inspirar as práticas no contexto brasileiro.

Nesse sentido, a vertente da musealização da arqueologia possui um grande potencial, pois estabelece vínculos entre os vestígios arqueológicos e as sociedades atuais por meio da consideração dos diferentes componentes histórico-culturais, com o objetivo da implementação de processos de salvaguarda e comunicação (Bruno, 2014, p. 9). A prática arqueológica em desenvolvimento, ao potencializar a sua relação com os processos educacionais, pode contribuir profundamente não somente para a preservação do patrimônio arqueológico, como para o desenvolvimento de novos processos de gerenciamento do patrimônio e da memória de suas famílias. Portanto, temos um contexto favorável para escavarmos menos e investirmos em outros processos museológicos/arqueológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

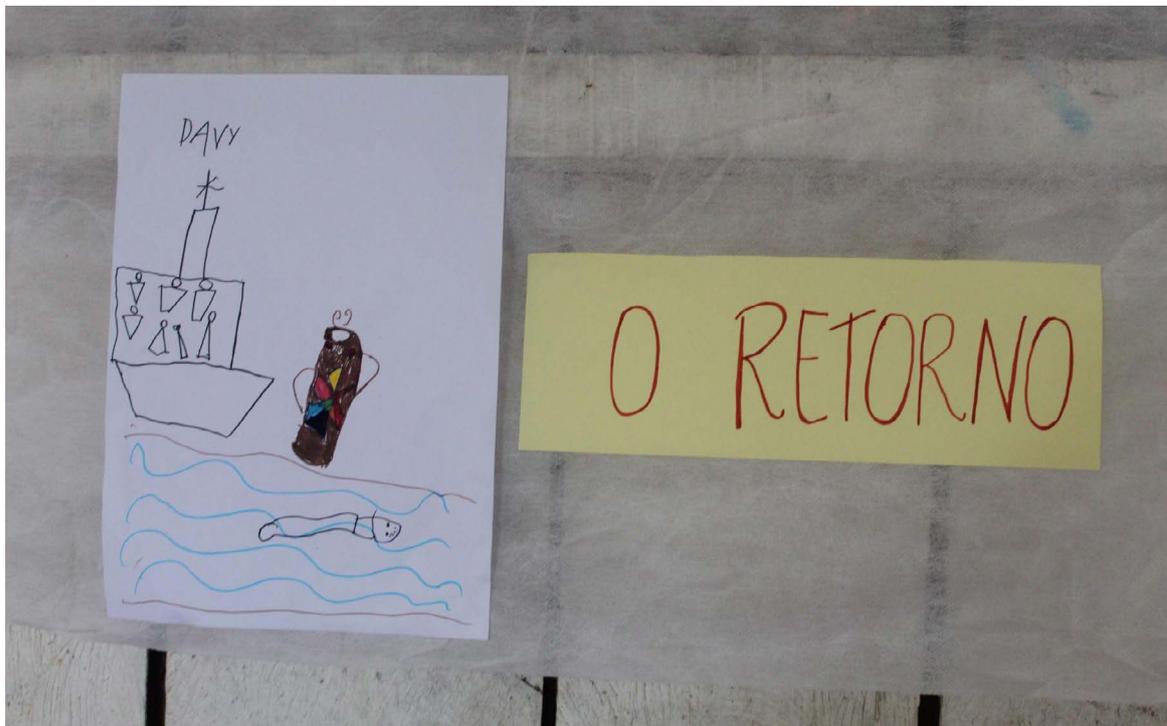
Tauary foi atravessada pelo ressurgimento das urnas funerárias policromas, ou pelos potes dos antigos, o que tem possibilitado discussões sobre o gerenciamento do patrimônio, o desenvolvimento local, as muitas historicidades presentes, em detrimento de uma história única e a proliferação de memórias das famílias. A demanda por uma outra prática arqueológica tem tensionado beneficemente nossa equipe para ampliarmos nossas práticas e nos engajarmos com a vida das pessoas. Reconhecer as distintas maneiras de fruição com o passado e as coisas arqueológicas possibilita expandir o campo de expertise da arqueologia com as pessoas e a dimensão normativa do Estado na vida (Bezerra, 2013, p. 117).

Os muitos desejos e tensões em torno das urnas de Tauary podem permitir que a arqueologia abra a “caixa preta” da produção do seu próprio conhecimento. Marras (2016)

se pergunta, ao refletir sobre as imbricações da ciência e da política na modernidade, se os museus de ciências, ou seja, se o aparato estritamente comunicacional da ciência na sociedade, servirá à própria ciência ou ao conhecimento. Ao colocarmos o conhecimento como foco, devemos ter em consideração outras formas de conhecer e de fazer a ciência com as pessoas, o que pode abrir a caixa preta do conhecimento científico em suas incertezas, controvérsias, problemáticas, sem que seja necessário renunciar à própria ciência. Dessa forma, localmente encontramos um rico contexto para a abertura dos processos de construção dos sítios arqueológicos e do patrimônio com a comunidade, e nossa equipe tem investido nesse processo.

A revelação do material arqueológico de mais de quinhentos anos que se deu devido à luta comunitária para a melhoria da educação é uma ótima metáfora para que a prática arqueológica se amplie e assuma sua potência educacional, não somente restrita aos fechamentos de ciclos, com as devolutivas das pesquisas, mas de forma transversal em todas as etapas. Fazer arqueologia em contextos comunitários é educar, assim como se educar para a ampliação de nossas ações e a transformação dos nossos modos de fazer e conhecer. Encerro narrando uma situação, ocorrida em uma das muitas ações que realizei com as crianças da Escola Municipal Criança Esperança. Em uma manhã de 2019, levei mais de cem impressões a laser de fotografias de todo o processo de surgimento das urnas, do achado de 2014 e da escavação de 2018. Mobilizei essas imagens para entender o imaginário das crianças em relação a nós. Muitas outras histórias surgiram e, ao final, pedi para que desenhassem como essa história com o material terminaria. Em um dos desenhos, uma criança representou o retorno dos potes para a comunidade, mas, no trajeto de barco da cidade de Tefé para o local, o material caiu no lago e um jacaré o comeu. Fotografia 4 mostra o desenho de Davy e o jacaré à espreita dos potes. Podemos nos perguntar o que seria esse jacaré?

Fotografia 4. Desenho do retorno dos materiais arqueológicos para a comunidade.



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

A relação da nossa equipe de arqueologia com a comunidade de Tauary tem se ampliado e fortalecido ao longo dos anos, beneficiando a todos(as). A história de trabalho com a comunidade teve um ponto de início, mas dificilmente irá se encerrar, pois as práticas de colaboração sempre trazem novas demandas e desafios. Outros(as) colaboradores(as) certamente se somarão a esse processo. O desejo da criação do museu de Tauary é latente, e nossa equipe tem olhado para essa demanda de forma cuidadosa e contribuído da melhor forma para que o patrimônio local seja mobilizado e valorizado pelas famílias. Entretanto, ainda é necessário muito trabalho de todas as partes envolvidas, e, especialmente, a busca por recursos para que essas ações possam continuar a ser desenvolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Edna Ferreira. O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. *Amazônica*, v. 1, n. 1, p. 178-199, 2009.
- ATALAY, Sonya. Can Archaeology Help Decolonize the Way Institutions Think?: How Community-Based Research is Transforming the Archaeology Training Toolbox and Helping to Transform Institutions. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, v. 15, p. 514-535, 2019. DOI: 10.1007/s11759-019-09383-6.
- ATALAY, Sonya. Indigenous Science for a World in Crisis. *Public Archaeology*, v. 19, n. 1/4, p. 37-52, 2020. DOI: 10.1080/14655187.2020.1781492.
- AYALA, Patrícia. Arqueologias indígenas: una mirada desde el Sur. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 34, n. 34, p. 26-31, 2020. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.164055.
- BARRETO, Cristiana Nunes Galvão. Socialização do patrimônio arqueológico no lago Tefé, Amazonas: relatório diagnóstico preliminar. Tefé: IDSM, 2015. Projeto mapeamento arqueológico do lago Tefé.
- BARRETO, Cristiana. Do teso marajoara ao sambódromo: agência e resistência de objetos arqueológicos da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 15, n. 3, p. 1-19, 2020. DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0106.
- BELLETTI, Jaqueline. *Arqueologia do lago de Tefé*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BELLETTI, Jaqueline. A tradição policroma da Amazônia. In: BARRETO, Cristiana. LIMA, Helena Pinto. BETANCOURT, Carla Jaimes (org.). *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN; Ministério da Cultura, 2016. p 348-364.
- BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista Arqueologia Pública*, v. 7, n. 1[7], p. 107-122, 2013. DOI: 10.20396/rap.v7i1.8635674.
- BEZERRA, Márcia. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. *Vestígios*, v. 12, n. 2, p. 51-58, 2018. DOI: 10.31239/vtg.v12i2.12198.
- BIANCHEZZI, Clarice; SANTOS, Adriano Márcio dos; BASSI, Filippo Stampanoni; LIMA, Helena Pinto; MACHADO, Michel Carvalho; CRUZ, Alef Fernandes; BATISTA FILHO, Arnoud de Oliveira; PAIVA, Maurício de. *Fragmentos: arqueologia, memórias e histórias de Parintins*. Parintins: Eskenazi, 2021.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2, p. 4-15, 2014. DOI: 10.24885/sab.v26i2.379.

- CABRAL, Mariana Petry. Entre passado e presente: arqueologia e coletivos humanos na Amazônia. *Teoria e Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 76-91, 2016.
- CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Todavia, 2023.
- CARVALHO, Patrícia Marinho; SOARES, Alice de Matos. Todo poder ao povo preto: diálogos sobre práticas colaborativas entre seres em lugares e tempos afrodiáspóricos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 37, p. 164-177, 2021. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.163773.
- CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC; IBRAM, 2009. (Museu, Memória e Cidadania).
- COELHO, Leni Rodrigues. *Educação de adultos no cenário amazônico: Movimento de Educação de Base em Tefé, Amazonas (1963-1982)*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- COLWELL, Chip; LOPES, Rafael de Almeida. Arqueologia colaborativa não é o fim. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 34, p. 41-47, 2020. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.163597.
- FÁVERO, Osmar. Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados, 2006.
- FERRAZ, Lidia Rochedo. *O cotidiano de uma escola rural ribeirinha na Amazônia: práticas e saberes na relação escola-comunidade*. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. DOI: 10.11606/T.59.2010.tde-20092011-135047.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Polêmicas do Nosso Tempo, 4).
- GOMES, Alexandre Oliveira. *Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- GONZALEZ, Jeferson Aníbal. *Cultura, educação popular e transformação social nas formulações do MEB e do CPC (1961-1964)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- GRIMA, Reuben. But Isn't All Archaeology 'Public' Archaeology? *Public Archaeology*, v. 15, n. 1, p. 50-58, 2016. DOI: 10.1080/14655187.2016.1200350.
- GUEDES, Aureliano da Silva. *As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no estado do Pará (Brasil)*. 2011. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Universidade do Porto, Porto, 2011.
- GUERRA, Marília Falcone. VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Museologia e turismo de base comunitária em reservas extrativistas: diálogos possíveis. *Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 8, n. 4, p. 96-114, 2018. DOI: 10.2436/20.8070.01.92.
- HARAWAY, Donna J. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009.
- HARAWAY, Donna J. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. In: MOORE, Jason W. (org.) *Antropoceno ou Capitaloceno?: natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022. p. 67-125.

- KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LIMA, Marjorie; SILVA, Maurício André; LIMA, Silvia Cunha; CASSINO, Mariana Franco; TAMANAHA, Eduardo. Desafios das práticas arqueológicas e da preservação: dinâmicas socioculturais sobre e nos entornos dos sítios arqueológicos na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 16, n. 2, 2021. DOI: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0153.
- MACHADO, Juliana Salles. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 72-85, 2013. DOI: 10.24885/sab.v26i1.369.
- MÁLAGA, Luis Repetto; BROWN, Karen. Museums as Tools for Sustainable Community Development: Four Archaeological Museums in Northern Peru. *Museum International*, v. 71, n. 3/4, p. 60-75, 2019. DOI: 10.1080/13500775.2019.1702258.
- MARRAS, Stelio. Qual ciência visar? *ClimaCom*, ano 3, n. 6, 1 jun. 2016. Territórios. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/qual-ciencia-visar/>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento *et al.* Educação do campo na Amazônia brasileira: desafio acadêmico para o sul do Amazonas. *EDUCAmazônia*, v. 9, n. 2, p. 8-52, 2012.
- MATSUDA, Akira. A Consideration of Public Archaeology Theories. *Public Archaeology*, v. 15, n. 1, p. 40-49, 2016. DOI: 10.1080/14655187.2016.1209377.
- MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente e Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 41-64, 2006.
- MELO, André de Oliveira. *Pedagogia da alternância no Amazonas: uma práxis dos movimentos sociais da floresta e das águas*. 2017. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- MELO, Susilene Elias.; PEREIRA, Dirce Jorge. Museu Worikg e as mulheres Kaingang. *Museologia e Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 19, p. 22-33, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/36180>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- NASCIMENTO, Ana Claudeise Silva (org.). *Plano de gestão da reserva de desenvolvimento sustentável Amanã*. Tefé: Secretaria do Meio Ambiente, 2019. (Planos de Gestão).
- PEREIRA, Daiane. O “roubo das urnas”: a relação do patrimônio arqueológico salvaguardado e os coletivos humanos. *Revista Habitus*, v. 17, n. 1, p. 39-52, 2019. DOI: 10.18224/hab.v17i1.7112.
- PEREIRA, Heloisa Corrêa; NASCIMENTO, Ana Claudeise Silva do; MOURA, Edila Arnouad Ferreira; CORREA, Dávila Suelen Souza; CHAGAS, Hudson Cruz das. Migração rural urbana por demanda educacional no médio Solimões, Amazonas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, 2022. DOI: 10.1590/S1413-24782022270029.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tefé: Diagnósticos. Brasília, DF: ICMBio, 2014. v. 1.
- REIS, Marise. Arengas e picicas: reações populares à reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá no estado do Amazonas. Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005.
- ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. *Mana*, v. 21, n. 1, p. 123-156, 2015. DOI: 10.1590/0104-93132015v21n1p123.
- ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2019.

- SANTOS, Suzy da Silva. *Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/D.103.2017.tde-13122017-091321.
- SCELZA, Gabriella Calixto; ROSSATO, Rafael Suertegaray; ANTUNES, Dirce Maria; OLIVEIRA, Gleiser. Plano de manejo da Floresta Nacional de Tefé, a “Gente Faz Juntos!”. *Biodiversidade Brasileira*, v. 4, n. 1, p. 69-91, 2014.
- SEPÚLVEDA SCHWEMBER, Tomás. Tres elementos para un análisis de los museos comunitarios de Oaxaca, México. *Autoctonía*, v. 1, n. 1, p. 66-114, 2017.
- SILVA, Carlos Augusto da. *Área de interfaces ceramistas pretéritas: a coleção arqueológica de José Alberto Neves*. 2016. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- SILVA, Fabiola Andrea. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. *Revista de Antropologia*, v. 58, n. 2, p. 143-172, 2015. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2015.108570.
- SILVA, Maurício André. *Memórias e histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia*. 2015. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: 10.11606/D.71.2015.tde-27052015-112059.
- SILVA, Maurício André da. *Abordagens educacionais para uma arqueologia parente com comunidades tradicionais da RDS Amanã e da Flona Tefé, Amazonas*. 2022. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022a. DOI: 10.11606/T.71.2022.tde-17022023-153451.
- SILVA, Maurício André da. As comunidades ribeirinhas convidam para a colaboração no médio rio Solimões, Amazônia: por uma arqueologia parente. *Revista Habitus*, v. 20, n. 2, p. 401-424, 2022b. DOI: 10.18224/hab.v20i2.12734.
- SOUZA, Daiane Cristina; BIANCHEZZI, Clarice. Resto dos povos que já morreram: colecionismo de material arqueológico no distrito do Andirá, Barreirinha, Amazonas. *Marupiara*, n. 4, p. 58-79, 2018.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; OLIVEIRA, Mateus Gleiser; DELFINO, Elisa Caminha da Silveira. Ribeirinhos da Flona de Tefé, Amazonas: cartografia social na compreensão do modo de vida. In: HEIDRICH, Alvaro Luiz; PIRES, Cláudia Luiza Zeferino (org.). *Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura*. Porto Alegre: Igeo; UFRGS, 2016. p. 103-128.
- TAMANAHÁ, Eduardo Kazuo *et al.* Diálogos e práticas arqueológicas. In: NASCIMENTO, Ana Claudeise Silva *et al.* (org.). *Sociobiodiversidade da reserva de desenvolvimento sustentável Amanã (1998-2018): 20 anos de pesquisas*. Tefé: IDSM, 2019. p. 152- 170.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. Museologia social e comunitária na Paraíba: memória, lutas e resistências. *Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 13, n. 5, p. 126-148, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/13440>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira. *Educação do campo no Amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- VAZ, Matheus Machado. *Fazer-se comunitário em Maraã (AM): uma etnografia da experiência de comunidades ribeirinhas a partir da figura do professor comunitário*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. MEB e educação popular. *Revista em Pauta*, v. 12, n. 33, p. 97-107, 2014.